no conceito de fornecedor os 'entes despersonalizados', de modo que não se pode pretender afastar a incidência do sobredito dispositivo em razão de os consórcios não possuírem personalidade jurídica, funcionários, nem se envolverem em atos de execução do serviço de transporte. A precípua finalidade da ação civil pública é a responsabilização civil de alguém, em juízo, em função de ter causado ou estar na iminência de causar um dano a um direito ou interesse transindividual, representando importantíssimo mecanismo para a efetividade da justiça e para evitar a multiplicação de demandas individuais. No caso sob julgamento, o Ministério Público, visando a defesa dos direitos transindividuais dos consumidores, denuncia a existência de vícios na prestação do Serviço de Transporte Público de Passageiros por parte das Rés e requer a consequente condenação destas na obrigação de prestar o serviço de forma adequada e eficiente, bem como a reparar os danos materiais e morais causados aos consumidores individual e coletivamente. Constatado o defeito na prestação do serviço de transporte, as empresas consorciadas têm, por imposição legal, responsabilidade solidária em relação às obrigações inerentes ao serviço essencial de transporte público, inclusive as vinculadas ao saneamento de irregularidades, ainda que apenas uma delas opere diretamente a linha em questão. A má prestação dos serviços de transporte público prejudica os usuários/consumidores dos veículos operados pela primeira Ré, no contexto do consórcio representado pela segunda Ré. De acordo com a inicial, as rés não prestam serviço eficiente e adequado, tendo sido constatadas diversas irregularidades na operação da linha 893, antiga 842 (Jardim Palmares X Campo Grande). Os veículos estariam em estado precário de conservação/manutenção, trafegando em quantitativo inferior à totalidade da frota determinada, em desacordo com os horários estabelecidos, causando superlotação de passageiros. Os elementos cognoscíveis dos autos desconstituem a tese dos Réus, no sentido de que o serviço foi prestado de forma adequada, inexistindo defeitos. O que se verifica das provas colhidas é exatamente o contrário, nesse ponto valendo destacar os relatórios de fiscalização realizados pelo Grupo de Apoio do Ministério Público- GAP e pela Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, constantes às fls. 53, 97/98, 106/116, 128/129 e 222/vº, dos autos do inquérito civil em apenso, confirmando as irregularidades noticiadas na inicial, valendo destacar o conteúdo da última vistoria realizada pela SMTR antes da propositura da ação: 'De acordo com a fiscalização realizada na data de 26/01/2015 junto à Linha 893 (Jardim Palmares x Campo Grande), no ponto terminal localizado na Rua Campo Grande, constatou-se que a frota operacional da linha foi de apenas 58,33% da frota determinada, ou seja, operou com 07 minibus urbanos sem ar, dos 12 carros autorizados pelo poder concedente, em desacordo com o Ofício TR/SMTU-A 4/2011, motivo pelo qual o Consórcio Santa Cruz foi multado por operar a linha abaixo do percentual de 80%, sendo enquadrado nos termos do art. 17, I, do Decreto nº 36.343 de 17/10/2012, conforme auto de infração nº A-1 167295, anexo. No que diz respeito ao estado de conservação dos coletivos que compõem a linha 893, foram fiscalizados 04 veículos, todos multados e lacrados, totalizando 18 multas...' (grifei-fls. 222/vº) A documentação apresentada pelas rés não desconstitui as evidências constatadas pelo órgão público fiscalizador -, que goza de legitimidade e veracidade. Tudo está a indicar a falta de manutenção adequada dos veículos que operam a linha em questão, conclusão essa não infirmada pelo relatório de manutenção dos veículos, tampouco por nota fiscal de peças, eis que tais documentos não asseguram estar a manutenção sendo realizada com a frequência devida e de forma eficiente. Demais disso, a simples existência de estrutura interna para a realização de reparos nos veículos não comprova que estes vêm sendo realizados de forma satisfatória, mormente quando, repita-se, as fiscalizações realizadas demonstram o contrário, isto é, que os veículos da empresa ré apresentam mau estado de conservação. Não tenho dúvida, pois, de que a atuação das rés viola o parágrafo 1º do art. 6º da Lei 8.987/95, que insere no conceito de prestação adequada do serviço as ideias de regularidade, eficiência e segurança. O usuário tem direito à prestação digna do serviço, sem precisar utilizar veículos sujos, quebrados e sem segurança. Veículos que se encontrem em estado precário de manutenção não devem ser colocados em circulação. A prestação do serviço público deve atender ao princípio da eficiência, que visa à efetiva realização do efeito jurídico desejado, e não apenas à ideia de eficácia, que se restringe a uma aptidão para produzir tais efeitos. Ou seja, o prestador de serviço público deve utilizar todos os meios disponíveis para oferecer o serviço de forma adequada, ou será ineficiente. Reconhecida a conduta ilícita, a ré efetivamente deve ser compelida a prestar o serviço público de transporte coletivo com regularidade e correta manutenção da frota respectiva. Também o pleito indenizatório deve ser acolhido. Os direitos violados pela Ré possuem natureza transindividual, englobando direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, na medida em que a conduta da Ré atinge os direitos difusos dos futuros consumidores dos serviços, os direitos coletivos dos consumidores dos serviços da Ré, bem como os direitos individuais homogêneos daqueles que utilizaram o Serviço de Transporte Público de Passageiros deficiente prestado pela Ré. São devidos os danos morais em razão da simples violação aos direitos da personalidade, sendo desnecessário verificar a expressão de dor ou sofrimento dos sujeitos lesados. Com relação ao dano moral coletivo, o art. 6º, VI e VII do CDC, e o art. 10, II da Lei 7.347/85 não deixam dúvidas quanto à possibilidade de reparação no âmbito das relações de consumo, traduzindo-se em instrumento idôneo tanto para a reparação, como para a punição de comportamentos que ofendam ou ameacem direitos transindividuais. Neste sentido já se manifestou o Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: 0276755-25.2013.8.19.0001 - APELAÇÃO Des(a). TEREZA CRISTINA SOBRAL BITTENCOURT SAMPAIO - Julgamento: 23/01/2019 - VIGÉSIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO DE TELEFONIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. - Ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, visando compelir a ré a regularizar seu Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). - Sentença de procedência dos pedidos iniciais, condenando a sociedade demandada a fornecer o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) de forma adequada, sob pena de multa diária, bem como a reparar eventuais danos morais e materiais causados aos consumidores, a serem apurados em posteriores demandas individuais, além de compensar danos morais coletivos, no valor de R\$ 136.869,44, e pagar honorários sucumbenciais. - Preliminar de cerceamento de defesa, por suposta ofensa ao artigo 477, § 3º, do CPC/15, que não merece acolhida, haja vista que a sociedade ré, apesar de convenientemente não ter trazido toda a documentação necessária à análise da controvérsia pelo perito do juízo, ainda assim, teve a oportunidade de impugnar o laudo mediante petição escrita, não havendo, portanto, necessidade que justifique sua insistência em ver realizada a audiência prevista no referido artigo 477, § 3º, do CPC/15. - Controvérsia explicitada na presente ação civil pública que deve ser regulada pelas normas constantes no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), haja vista a possibilidade de pessoas jurídicas serem consideradas destinatárias finais em determinados contratos. - Prestação de serviços de telefonia em proveito de sociedades empresárias que não pode ser considerada como sendo uma 'atividade-meio', eis que o referido serviço não está sendo modificado e reintroduzido no mercado para fins de consumo por outros interessados, sendo eventuais sociedades contratantes as verdadeiras destinatárias finais do serviço. - Disposições constantes no Decreto nº. 6.523/2008 que são perfeitamente aplicáveis ao caso em análise, eis que o referido decreto visa, justamente, a regulamentar o CDC, estabelecendo normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). - Laudo pericial, produzido nestes autos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, que foi categórico ao afirmar a ocorrência de violações às normas consumeristas, estando correta, portanto, a pretensão do Ministério Público de obter a reparação dos danos causados aos consumidores. - Manutenção da condenação da ré ao pagamento de verba compensatória de danos morais e indenizatória de danos materiais aos consumidores que comprovem, em ação individual, a efetiva ocorrência de tais

danos. - Valor fixado a título de compensação por danos morais coletivos que também não merece redução, haja vista que fixado com base no pedido constante na petição inicial, na complexidade da demanda, bem como no grau de responsabilidade da parte ré. - Correção monetária da referida verba compensatória que, todavia, deve fluir a partir da sentença, nos termos do enunciado nº. 362, da súmula do STJ. - Juros legais de mora que podem ser fixados de ofício pelo magistrado, haja vista versar sobre questão de ordem pública, não havendo, portanto, ofensa ao princípio do non reformatio in pejus. - Termo a quo dos juros de mora incidentes sobre a verba compensatória de danos morais coletivos que deve se dar a partir da citação. Precedentes deste Tribunal. - Impossibilidade de condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência ao Parquet, conforme precedentes do STJ. - Inaplicabilidade dos honorários advocatícios recursais na espécie, eis que não presente a hipótese descrita no artigo 85, § 11º, do novo CPC/15. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. MODIFICAÇÃO, DE OFÍCIO, DO JULGADO PARA ESTABELECE O TERMO A QUO DOS JUROS LEGAIS DE MORA. O quantum indenizatório não deve destoar dos postulados da equidade e da razoabilidade, nem olvidar dos fins almejados pelo sistema jurídico como tutelador dos interesses injustamente violados. Considerando-se, no caso em tela, a relevância do interesse transindividual lesado, haja vista a amplitude do número de consumidores envolvidos; a gravidade e a repercussão da lesão; a elevada situação econômica do ofensor; o proveito econômico com a conduta ilícita, enfim, o elevado grau de reprovabilidade social, penso que, além do dano moral individual, deva ser reparado o dano moral coletivo no valor de R\$ 100.000,00, que se encontra alinhado ao princípio da razoabilidade. Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com resolução de mérito, nos termos do Art. 487, I do CPC/ 15, para condenar as Rés, de forma solidária, nos termos que se seguem: 1- a operar com a quantidade de veículos determinada pelo poder concedente para a linha 893 (Jardim Palmares X Campo Grande), ou outra que a substituir, estando os mesmos em bom estado de conservação, sob pena de multa de R\$ 150.000,00, passível de majoração em caso de recalcitrância. ; 2- a realizar manutenção periódica e adequada, submetendo-se inclusive, a vistoria anual obrigatória, realizada pela SMTR e vistoria anual de licenciamento pelo DETRAN, assim como obedecer ao horário de saída dos coletivos, sob pena de multa de R\$ 150.000,00, passível de majoração em caso de recalcitrância; 3- a indenizar os danos materiais e morais causados aos consumidores, considerados individualmente, a serem apurados em sede de liquidação de sentença; 4- a indenizar os danos materiais e morais considerados coletivamente, no valor de R\$ 150.000,00 (cem mil reais), com juros legais de 1% a partir da citação e correção monetária a partir da sentença. O montante deverá ser revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Concedo a antecipação de tutela em relação aos itens 1 e 2 do dispositivo, determinando o seu imediato cumprimento. Condeno as rés ao pagamento das custas processuais, deixando de fixar honorários, por entender que o Ministério Público age por dever de ofício não equiparável à advocacia. P.R.I.

Processo nº:	0203989-03.2015.8.19.0001
Tipo do Movimento:	Sentença
Descrição:	Index 413/414 e 415/423: conheço de ambos os embargos, uma vez que tempestivos. Com relação ao de index 413/414, dou provimento aos mesmos determinar o quantum dos danos materiais e morais coletivos em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pelos fundamentos ali expostos. Com relação ao de index 415/423, igualmente lhes dou provimento em parte para retificar o valor da multa em caso de descumprimento de alguma obrigação de fazer para R\$ 10.000,00, conforme requerido pelo próprio autor, sendo certo que, com relação aos danos materiais e morais, estes valores já foram acima retificados.
Imprimir Fechar	